

**HABEAS CORPUS Nº 560.800 - SP (2020/0030948-9)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : LEO CRISTIAN ALVES BOM**  
**ADVOGADO : LEO CRISTIAN ALVES BOM - SP268276**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : MARLON BRENO GONCALVES (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARLON BRENO GONCALVES, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, em face de acórdão assim ementado (fl. 101):

- 1- Habeas corpus – Tráfico de entorpecente.
- 2- Possibilidade de indeferimento liminar pela Turma Julgadora – Interpretação a que conduzem o artigo 93, inciso XV da Constituição Federal, o artigo 663 do Código de Processo Penal e o artigo 248 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- 3- Ausência de motivação inexistente – Fundamentação sucinta que não se confunde com falta de motivação.
- 4- Crime grave (concretamente considerado) que revela periculosidade e justifica a prisão processual – A periculosidade é causa para a decretação da custódia provisória.
- 5-A escolha e a quantificação da pena dentro dos limites do preceito secundário da norma dependem da instrução processual, descabendo adivinhar a natureza e o quantum a ser estabelecido na hipótese de eventual condenação – Impossibilidade de prever-se a futura sanção e, com base nela, decidir sobre a prisão processual.
- 6- Writ denegado.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 10/1/2020 e sua prisão foi convertida em preventiva em 11/1/2020 pela prática do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006.

Em síntese, alega o impetrante ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, fundada na gravidade abstrata do delito. Apontando a primariedade e sustentando a *grande chance de aplicação da minorante do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006* (fl. 7), aduz a desproporcionalidade da prisão, pois seria medida mais grave do que a pena a ser aplicada em caso de condenação.

Liminarmente, pleiteia a revogação da custódia preventiva; no mérito, a concessão definitiva do *writ* originário.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pelo *não conhecimento do writ e, ultrapassada a preliminar, pela denegação da ordem.*

Na origem, a ação penal n. 1500053-84.2020.8.26.0557 encontra-se na fase de apresentação da defesa prévia, conforme informações eletrônicas disponíveis em 20/3/2020.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A desproporcionalidade do regime em que cumprida a prisão não pode ser aferida antes da dosimetria da pena pela sentença, não cabendo, na via eleita, a antecipação dessa análise. A esse respeito: AgRg no RHC 77.138/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 10/02/2017 e HC 360.342/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016.

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fl. 50):

DECRETO a prisão preventiva de MARLON BRENO GONÇALVES, assim como de BRUNO HENRIQUE PEDRO, ora foragido, porque verifico que **a apreensão da droga foi em quantidade além do consumo (39 porções de "maconha", com peso de 992,3g (fls. 21/22), devidamente constatada (fl. 26/28), além do fato de Marlon ter passagem na infância e juventude**, por 9 meses em Mirassol, tal qual dito em audiência de custódia. Dessa forma, por ora seria precipitada a liberdade provisória, em especial, pela peculiaridade dos fatos. Por fim, o preso não confessou o tráfico, porque silente, porém, foi surpreendido dispensando uma parte das porções e a outra parte foi localizada em seu carro. Por fim, o preso não confessou o tráfico, porque negou os fatos com versão desconexa para a droga apreendida defronte a sua residência, razão pela qual necessária à prisão para conveniência da instrução criminal e da ordem pública, nesta fase invertendo-se o ônus da prova contra si.

Como já adiantado no exame da liminar, consta do decreto prisional fundamento que se considera válido, evidenciado na quantidade de droga apreendida – 992,3g de maconha –, bem como na reiteração criminosa, pois foi apontado que tem *passagem na infância e juventude*.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime

hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Outrossim, registros criminais anteriores, anotações de atos infracionais, inquéritos e ações penais em curso, e condenações ainda não transitadas em julgado são elementos que podem ser utilizados para amparar eventual juízo concreto e cautelar de risco de reiteração delitiva, de modo a justificar a necessidade e adequação da prisão preventiva para a garantia da ordem pública (RHC 100.793/RR, Sexta Turma, Rel. Ministra Laurita Vaz, DJe. 23/10/2018). No mesmo sentido: RHC 106.136/DF, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 01/03/2019; HC 479.323/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 11/03/2019; HC 441.396/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 14/02/2019.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator